

PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A REALIDADE DA INOVAÇÃO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO

POST GRADUATION AND INNOVATION: A STUDY ON THE REALITY OF INNOVATION IN POST GRADUATION PROGRAMS IN ACCOUNTING AND ADMINISTRATION

Vanessa Isabel de Marco Canton 1
Gabriela Bertoletti Johann 2
Odilon Luiz Poli 3
Claudio Alcides Jacoski 4

Mestre, UNOCHAPECÓ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5933438360965013>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0943-3606>.
E-mail: vademarco@udesc.br | 1

Mestre, UNOCHAPECÓ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1116154033134502>, ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8418-2021>.
E-mail: gabriela.johann@unochapeco.edu.br | 2

Doutor, UNOCHAPECÓ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5600007643427668>, ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9036-1296>.
E-mail: odilon@unochapeco.edu.br | 3

Doutor, UNOCHAPECÓ, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0163453600396864>, ORCID, <https://orcid.org/0000-0003-3418-8155>.
E-mail: claudio@unochapeco.edu.br | 4

Resumo: O objetivo desta pesquisa é propor um modelo conceitual que considere como as características organizacionais, a Gestão do Conhecimento (GC) e a capacidade de inovação (CI), influenciadas pela Tecnologia da Informação (TI), podem impactar na ampliação da eficácia organizacional da empresa. Para tanto, uma pesquisa exploratória qualitativa foi executada com aplicação do método Delphi por meio de um survey controlado com a aplicação de instrumento de pesquisa elaborado a partir do referencial teórico da temática considerada. Os resultados alcançados indicam que o relacionamento entre a GC e a CI da empresa pode ser influenciado pelas TIs utilizadas na organização. Tais tecnologias também podem influenciar o relacionamento existente entre a capacidade de inovação e a eficácia da empresa. Identificou-se também que a TI modifica os relacionamentos da GC com a CI e a eficácia organizacional. Este trabalho contribui para a evolução dos estudos desta temática ao propor um novo modelo conceitual.

Palavras-chave: Tecnologia da Informação. Gestão do Conhecimento. Capacidade de Inovação. Eficácia Organizacional.

Abstract: This research aims to propose a conceptual model that considers how organizational characteristics, Knowledge Management (KM) and capacity for innovation (CI), influenced by Information Technology (IT), may impact the expansion of the organizational effectiveness of the company. To achieve this goal, this exploratory qualitative research applied Delphi method through a controlled survey with the application of the research instrument elaborated from the theoretical reference developed. The results achieved indicate that the existing relationship between KM and the CI of the company can be influenced by the IT used in the organization. In addition, such technologies can also influence the existing relationship between CI and company effectiveness. It was also identified that IT modifies the relationships of KM to CI and organizational effectiveness. This research contributes to the evolution of the studies of the theme by proposing a new conceptual model.

Keywords: Information Technology. Knowledge management. Innovation Capacity. Organizational Effectiveness.

Introdução

O desenvolvimento social, o avanço da democracia, a melhor distribuição de renda e uma sociedade mais justa encontram, na educação, um robusto pilar de sustentação. E, nesse sentido, a educação superior é imperativa em relação às possibilidades de desenvolvimento social e à inovação (OCDE, 2005; RIZZI, 2009).

Considerando que inovação é, em grande medida, um produto do conhecimento, as universidades, por si só, são um ambiente seminal de inovação. Entretanto, para concretizar sua nova missão de atuar como vetor direto do processo de desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade, as universidades devem criar ambientes de inovação, que estimulem e viabilizem esta atuação (AUDY *et al.*, 2009). Destarte, quando se fala em inovação oriunda da universidade, a Pós-Graduação toma o centro da cena, como protagonista.

O Plano Nacional da Pós-Graduação estabelece que o núcleo da Pós-Graduação é a pesquisa e que seus resultados, ao serem aplicados, levam a tecnologias e a procedimentos que podem ser usados no setor público e no sistema privado. Há uma crescente preocupação das Instituições de Ensino Superior (IES) no aprimoramento e monitoramento do desempenho dos seus programas de Pós-Graduação, por meio de sistemas de auto avaliação (interno), bem como, por intermédio do desempenho de seus programas no sistema de avaliação da CAPES (externo), conforme apontam Andrade *et al.* (2018).

A parceria que se estabelece entre a universidade, o estado e as empresas culmina no modelo da Hélice Tríplice, que consiste numa importante ferramenta do desenvolvimento econômico e social. O relacionamento entre a Hélice Tríplice pode promover um ambiente propício para a inovação, a geração e a difusão do conhecimento inerente ao desenvolvimento da sociedade (ETZKOWITZ, 2010).

Drucker (2010) alerta que inovações baseadas em conhecimento são as mais demoradas das inovações, pois há, geralmente, uma grande espera entre a geração de conhecimento, geração da tecnologia e a disponibilização de processos ou produtos no mercado. Ou seja, inovações são precedidas de muito estudo, experimentação e prática.

Considerando que inovação é um produto que se espera das pesquisas vindas da pós-graduação, é imprescindível avaliar se as IES estão efetivamente operando neste sentido e em que medida as inovações surgem a partir dos PPGs. Isto porque, além da preocupação interna das instituições a respeito do desempenho de seus programas, há a preocupação com a devolutiva que as IES têm dado em relação aos esforços públicos para a inovação, seja através de legislações, seja por meio de programas específicos em prol do desenvolvimento e inovação e, especialmente, com os resultados financeiros gerados a partir dos recursos investidos em pesquisas.

Ante ao exposto, o problema central desta pesquisa está assim definido: “de que forma os Programas de Pós-Graduação em Administração e Ciências Contábeis do Estado de Santa Catarina compreendem e promovem o desenvolvimento da inovação no âmbito de seus Programas”? Buscou-se, assim, analisar de que forma cada IES interage no ecossistema de inovação, sob a ótica da Hélice Tríplice e se integra às iniciativas que buscam promover a inovação no estado. Complementarmente, os dados levantados sobre a realidade da inovação nos PPGs foram confrontados com os resultados da Avaliação Quadrienal da CAPES das IES e PPGs estudados.

Além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções: a seção 2 apresenta a fundamentação teórica utilizada para análise do objeto de estudo. Na seção 3 são apresentados os Procedimentos Metodológicos, seguidos da Análise e Discussão dos Resultados (seção 4) e, por fim, as Considerações finais.

Revisão da literatura

A compreensão dos resultados encontrados no presente estudo envolve, principalmente, o entendimento das seguintes temáticas: modelos de universidade e o papel da pós-graduação, a avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação no Brasil, Inovação e, por fim, o modelo da Hélice Tríplice. É o que será apresentado nesta seção.

Universidade e pós-graduação no Brasil

Desde as origens da sociedade moderna, o papel, a organização e o funcionamento das universidades têm sido objeto de debates, com poucas possibilidades de construção de consensos entre diferentes perspectivas de análise. A partir da crítica ao modelo tradicional de universidade, voltada à formação teológica, jurista e humanista, que predominou durante a Idade Média, diferentes modelos institucionais foram gestados e implementados, ao longo dos séculos XIX e XX. Dentre eles, merecem destaque principalmente os modelos humboldtiano, napoleônico e americano (ROSSATO, 2005; SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016).

Wilhelm von Humboldt (1767-1835), autor da principal sistematização teórico-filosófica, embora sucinta e inacabada, sobre a universidade, sua organização e gestão, propõe o modelo de universidade com autonomia relativa na produção de conhecimento e em relação ao próprio estado que a mantém. Voltada a produzir a “ciência pura”, põe a pesquisa no centro das relações universitárias, enfatizando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a formação geral, humana e científica. Nessa perspectiva, a universidade contribui com o desenvolvimento econômico e social principalmente por meio da formação das elites intelectuais e do desenvolvimento da ciência, necessária aos avanços tecnológicos, mesmo que mantenha uma boa dose de autonomia, tanto em relação ao estado, quanto em relação à iniciativa privada (SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016). A concepção humboldtiana previa também a coexistência da universidade voltada à pesquisa com outros tipos de instituições de educação superior, mais voltadas ao ensino e à formação profissional.

Já a concepção napoleônica propõe uma universidade caracterizada como sede do saber funcional e promotor do progresso, não devendo limitar-se à busca de verdades, mas manter-se a serviço da criação de conhecimentos e técnicas com vistas à produção. Nesse caso, diferentemente do modelo humboldtiano, ocorre uma clara instrumentalização da universidade pelo Estado, exercida por mediação da legislação, controle financeiro e de nomeações, com vistas à modernização da sociedade, à construção de uma identidade nacional e à (con) formação da classe trabalhadora (ROSSATO, 2005; SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016).

Há ainda a concepção americana de universidade, que surge como resultado de certa tensão entre os modelos humboldtiano e napoleônico, rompendo com a tradição original de formadora, única e exclusiva, de elite. Busca reunir em seu seio as potenciais forças do progresso da sociedade, ao mesmo tempo que se apresenta como instituição democrática a serviço do interesse geral da nação (SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016).

Nessa concepção, a universidade é vista como fonte de progresso e seus objetivos são definidos em função das necessidades concretas da sociedade, para a promoção do seu desenvolvimento. A pesquisa e o ensino são motores essenciais do progresso, mas não esgotam as funções da universidade, que deve ser instrumento do progresso e estar próxima da sociedade e das suas necessidades (ROSSATO, 2005).

No Brasil, a partir dessas diferentes concepções e modelos institucionais, o sistema universitário cresceu e se constituiu caracterizado pela diversidade. Ao lado das universidades públicas, de perfil predominantemente humboldtiano, e algumas comunitárias que integram este prestigioso rol, há as públicas de modelo não-humboldtiano e as privadas, distinguidas entre as comunitárias e as não-comunitárias, com menos vocação acadêmica e maior proximidade com o mercado e, por vezes, com o setor produtivo (MOROSINI, 2011).

A partir de meados do século XX, com base em experiências concretas vivenciadas por algumas instituições americanas, um novo paradigma de relacionamento entre a universidade, o estado e a sociedade passou a ser gestado. Contando com o desenvolvimento ímpar das tecnologias de informação e da comunicação e com a aceleração extraordinária dos processos de inovação, um novo modo de relacionamento entre a universidade, a produção do conhecimento e a sua aplicação nos processos de produção passou a ser construída. Surgiu, assim, o paradigma que ficou conhecido como “Hélice Tríplice”, segundo o qual a interação entre a universidade, o estado e a iniciativa privada é vital à produção da inovação, em que, por sua vez, foi elevada à condição de alavanca fundamental de sucesso das organizações, num contexto econômico marcado pela criatividade e pelo uso intensivo do conhecimento (AUDY; MOROSINI, 2006; ETZKOWITZ, 2013).

A partir do estabelecimento dessa nova perspectiva de relacionamento entre esses três entes, o funcionamento de cada uma das hélices, em particular, da universidade, foi influenciado significativamente. Nas universidades, o que se passou a observar foi uma progressiva modificação da paisagem interna, com o surgimento de novos setores, fusões e desaparecimento de outros. Destaque-se o surgimento de diferentes mecanismos voltados a viabilizar uma relação mais intensa e direta com o setor produtivo e com o estado, a exemplo de incubadoras de empresas, núcleos de transferência de tecnologia, dentre outros. Também a função e a atuação dos profissionais ligados à universidade foram impactadas de modo significativo. O relacionamento dos professores com organizações produtivas e a busca de meios para o financiamento das próprias pesquisas, inclusive junto ao setor privado, são exemplos de uma nova realidade na atuação docente (AUDY; MOROSINI, 2006; ETZKOWITZ, 2013). Essa forma de conceber a organização e a atuação da universidade será mais bem detalhada à frente.

O surgimento desse novo modelo de funcionamento da universidade não significa, contudo, que se tenha alcançado um padrão unitário de funcionamento das instituições. Ao contrário, ao mesmo tempo que a diversidade de instituições continua significativa, as instituições que se aproximam do modelo da Hélice Tríplice o fazem de diferentes modos e em diferentes níveis de profundidade. Além disso, contundentes questionamentos surgem sobre a legitimidade e a pertinência desse modelo de aproximação das universidades com o setor produtivo. O referido modelo é visto por muitos estudiosos como um processo de instrumentalização das instituições, motivado por políticas globais que, intencionalmente, subtraem o seu financiamento público, forçando-as a buscar sua sustentação econômica junto ao setor privado, o que compromete seu caráter público e democrático (SANTOS, 2005; BERNHEIM; CHAUI, 2008; SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016).

Sobre isso, Silveira e Bianchetti (2016) afirmam que, em oposição aos modelos humboldtiano e napoleônicos, a universidade de fins do século XX e início do XXI está subordinada, porém articulada, às dinâmicas da política de ciência, tecnologia e inovação. Sua organização ocorre de maneira que acompanhe a internacionalização da economia e da tecnologia, por mediação da reestruturação acadêmico-pedagógica, rumo à internacionalização do conhecimento em nível regional e mundial. Também detém feição “mais democrática” e “mais humanizadora”, por conseguinte, de “interesse geral”, mais aberta às massas e, especialmente, às demandas empresariais de seu entorno. Assim, uma vez que porta este espírito empresarial, comporta várias missões, que vão do ensino e pesquisa à produção de inovação.

Os mesmos autores afirmam que a universidade brasileira tem o encargo histórico de transmitir o conhecimento socialmente produzido, pesquisar, produzir conhecimento novo e, mais recentemente, inovador. A universidade brasileira vem sendo chamada, permanentemente, a modernizar-se e adequar-se aos interesses do capital, formando novos quadros, profissionais e de pesquisadores, com diferentes níveis de formação em trabalho interdisciplinar, particularmente na área científica e tecnológica, incluída a transferência de conhecimento e de tecnologia ao setor empresarial (SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016).

Sem dúvida, a pós-graduação concentra a maioria dos esforços de pesquisa e produção de conhecimento no sistema de educação superior brasileiro. Pela sua forma de organização e pelos investimentos que recebe, torna-se o principal locus de geração de conhecimento por meio da pesquisa. Na perspectiva do paradigma da Hélice Tríplice, a pós-graduação é também o ambiente mais propício à interação com as demandas de conhecimento do setor produtivo, sendo o elo principal de fomento à inovação e da transferência de tecnologia.

O sistema de Pós-Graduação é constituído por um conjunto de universidades, com propostas e perfis diversos, tendo autonomia para criar ou fechar cursos. Porém, para garantir o reconhecimento em nível nacional, bem como o acesso às alternativas de financiamento público, dependem do credenciamento e da avaliação da CAPES, por meio da qual constitui-se um ranking que lhes atribui o selo de qualidade.

O Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 está em sintonia com essas novas tendências de interação entre universidade, estado e sociedade. Foi elaborado a partir do reconhecimento da condição de atraso do País em termos científicos e tecnológicos e de distanciamento entre o sistema universitário e de pesquisa com as demandas sociais, particularmente

no que se refere às demandas do setor produtivo.

Somem-se a isso os déficits do sistema na área tecnológica, conhecido por sua pequena permeabilidade às demandas do setor produtivo, bem como pela baixa capacidade de converter conhecimento em tecnologia, diferentemente de outros países com grau de desenvolvimento compatível com o nosso – donde o desafio diante da urgência em formar mais e mais quadros (engenheiros, etc.) para atender à demanda crescente e diversificada de diferentes segmentos da economia brasileira (BRASIL, 2010, p. 5-6).

Na mesma perspectiva, parte do reconhecimento da crescente importância do conhecimento enquanto fator central do desenvolvimento do País, quer no que se refere à sua dinâmica interna, quer no que se refere à relação com as demais nações. Segundo o referido plano, as formas clássicas de dominação entre os países assumem, na atualidade, uma nova fisionomia. A autonomia e o poder de negociação entre os países, em diferentes áreas, são estreitamente associados às condições de detenção, acesso e circulação do conhecimento (BRASIL, 2010).

Por fim, cabe destacar que o referido Plano revela este propósito da educação nacional, especialmente da Pós-Graduação, na produção da inovação por meio das parcerias institucionais, conhecidas como Hélice Tríplice:

O núcleo da Pós-Graduação é a pesquisa. A pesquisa depende de treinamento e exige dedicação plena ao estudo, sendo a tarefa das instituições acadêmicas e institutos de pesquisa, públicos ou privados, aliar este e aquela. Os resultados da pesquisa, ao serem aplicados, levam a tecnologias e a procedimentos, podendo ser usados no setor público e no sistema privado, e fazendo do conhecimento e da tecnologia uma poderosa ferramenta do desenvolvimento econômico e social. Neste quadro a parceria entre a Universidade, o Estado e as empresas dará lugar ao chamado modelo da Tríplice Hélice (BRASIL, 2010, p. 18).

Portanto, o próprio Plano Nacional de Pós-Graduação assume a posição de que as IES, por meio da pesquisa, podem gerar resultados sociais e econômicos, ou seja, retorno para a sociedade e estabelecer laços com Estado e empresas. Por outro lado, embora a Nova Lei da Inovação ou novo marco legal da inovação, também conhecido como Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), tenha sido recentemente revisto, ainda permanece “o sistema de incentivos que privilegia a quantidade de publicações em detrimento de atividades ou estudos de maior impacto” na Pós-Graduação e, com isso, cria-se uma barreira que impede a valorização das pesquisas mais ousadas e impactantes e o engajamento de professores e centros de pesquisa em projetos inovadores com o mercado e com a sociedade civil (RAUEN, 2016; BRASIL, 2015).

Ou seja, embora haja um propósito formal e ideológico da Pós-Graduação brasileira no sentido de avançar no aspecto da inovação e desenvolvimento econômico e social, na prática, ainda se percebe a existência de problemas no seu desenvolvimento cotidiano, em que muitas instituições e docentes permanecem herméticos, fechados em pesquisas de cunho conservador.

Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação

A Avaliação do Sistema Nacional da Pós-Graduação iniciou em 1976, com objetivo de “[...] assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (CAPES, 2010, [s.p.]).

A avaliação dos programas incorpora parâmetros que incentivam a formação de parcerias com o setor extra-acadêmico, buscando a geração de tecnologia e a formação, de fato, de profissionais voltados para o setor empresarial: esta diretriz leva à ponderação de outros itens,

para além de artigos e livros, bem como ao reconhecimento de teses e dissertações ajustadas às suas demandas e necessidades.

Os resultados do processo de Avaliação Quadrienal dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* devem permitir a consecução dos seguintes objetivos:

[...] contribuir para a garantia da qualidade da Pós-Graduação brasileira que se efetiva na identificação dos programas que atendam ao padrão mínimo de qualidade exigido para cada nível de curso [...]; retratar a situação da Pós-Graduação brasileira no quadriênio de forma clara e efetiva [...]; contribuir para o desenvolvimento de cada programa e área em particular e da Pós-Graduação brasileira [...]; e, fornecer subsídios para a definição de planos e programas de desenvolvimento e a realização de investimentos no Sistema Nacional de Pós-Graduação (BRASIL, 2018, p. 4).

Os resultados da avaliação são expressos em notas, numa escala de 1 a 7, que são atribuídas aos mestrados e doutorados após análise dos indicadores referentes ao período avaliado e que leva em consideração a produção científica do corpo docente e discente, a estrutura curricular do curso, a infraestrutura de pesquisa da instituição, a produção intelectual, a inserção social, entre outros.

Nos parâmetros de avaliação da CAPES, a nota 5 é atribuída a cursos de excelência em nível nacional e as notas 6 e 7 correspondem a cursos de qualidade internacional. A nota mínima 3 é atribuída a cursos novos ou em implantação, em instituições ainda sem muita tradição em Pós-Graduação. As notas 1 e 2 descredenciam o programa.

Mediante os resultados da avaliação quadrienal da CAPES, pode-se, portanto, identificar quais instituições e programas de Pós-Graduação estão mais bem alinhados com o Plano Nacional de Pós-Graduação e com a consecução dos objetivos vinculados ao desenvolvimento econômico, científico, cultural e social do País (BRASIL, 2018), e, por conseguinte, quais programas estão melhor posicionados frente à inovação.

Inovação

Joseph Schumpeter é reconhecido na literatura como autor dos trabalhos e estudos seminais sobre inovação. Schumpeter (1986) conceitua inovação como tudo aquilo que não é familiar ao consumidor, ou seja, a introdução de um bem que é novidade para os consumidores. O autor, inicialmente, estabelece uma distinção entre a invenção e a inovação, em que a invenção é uma ideia ou um esboço para um produto, processo, artefato ou sistema novo ou melhorado, enquanto a inovação, em sentido econômico, somente se efetiva quando a novidade se torna viável comercialmente, gerando riqueza.

Rogers (1995, p. 11) defende que “[...] uma inovação é uma ideia, uma prática ou um objeto que é percebido como novo por um indivíduo”. Ele afirma que inovação não é, necessariamente, de cunho tecnológico, mas a condição do ineditismo da ideia e seu impacto social. Ou seja, uma novidade que não seja percebida como nova pelo público consumidor tem suas propriedades inovadoras praticamente anuladas.

O Manual de Oslo é uma obra de referência para a compreensão da inovação, bem como para a organização de pesquisas sobre o tema, e foi elaborado a partir da iniciativa e patrocínio da OCDE. O referido Manual conceitua inovação como sendo “[...] a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas”. (OCDE, 2005, p. 55). Desse modo, o Manual classifica o conjunto das inovações em quatro tipos principais: inovação de processo, inovação de produto, inovação de marketing e inovação organizacional.

O ato de inovar é sempre desafiador e envolve a capacidade de detectar oportunidade, por meio do estabelecimento de relações, de forma a tirar proveito dessa oportunidade, sendo relevante não apenas para o empreendimento individualizado, mas também para o crescimen-

to econômico nacional. É, contudo, um processo que envolve um elevado grau de incerteza e de risco de insucesso. Ainda assim, é fundamental que as organizações desenvolvam uma cultura de inovação (TIDD; BESSANT, 2015).

Freeman (2008) também destaca o caráter desafiador do processo de inovação. Segundo o autor, para inovar, se desenvolver e sobreviver, as organizações precisam considerar as circunstâncias históricas em que estão inseridas. Isso significa que as atividades inovativas não são livres ou arbitrárias, mas, sim, historicamente circunscritas. Apesar das dificuldades, a inovação é uma necessidade premente no atual contexto produtivo, ou seja, “deixar de inovar equivale a morrer” (FREEMAN, 2008, p. 457). Assim, a sobrevivência e o crescimento das organizações dependem de sua capacidade de adaptar-se ao ambiente externo, em rápida transformação, modificando-o.

Sobre as ações necessárias para propiciar inovação, Cruz et al. (2013, p. 4) enfatizam que é preciso destacar a função da pesquisa e desenvolvimento, “[...] tornando este um fator fundamental e decisivo para um efetivo sucesso nas políticas de investimento de um país ou de uma determinada região, para uma conseqüente promoção da inovação e desenvolvimento local como um todo”. Nesse sentido é que ganham importância as iniciativas de cooperação entre as empresas e as instituições voltadas à produção e difusão de conhecimentos como as universidades. A existência de instituições voltadas à pesquisa, interagindo com empresas que desejam inovar, é, portanto, um dos fatores que favorece o desenvolvimento da inovação.

Programas de pós-graduação, que concentram os principais esforços de pesquisa das universidades são, portanto, essenciais ao desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação. Para a área da administração, particularmente, a inovação detém papel muito importante: é um tema estratégico e por isso as esferas acadêmicas, com estudos voltados para essa linha de pesquisa, precisam adequar-se à nova modalidade de vantagem competitiva (MACHADO, 2007; CHEN; DULTRA-DE-LIMA; MARTINS, 2012).

Recente estudo realizado por Pereira, Vieira e Damião (2018) buscou justamente investigar parte das ações dos programas de Pós-Graduação (*stricto sensu*) por meio de interpelação junto aos gestores dos programas. A partir de seu estudo, observaram que “[...] as instituições de ensino superior não estão alheias a esse contexto e, como principais fornecedoras de capital intelectual para o mercado, buscam por um currículo adequado e que atenda às exigências da legislação, das empresas e das outras instituições” (PEREIRA; VIEIRA; DAMIÃO, 2018, p. 219).

É, portanto, inegável a relevância do papel dos Programas de Pós-Graduação no processo de fomento da inovação em nível não somente de IES, mas, principalmente, em nível de sociedade. Contribuem para criar um ambiente fértil para o crescimento econômico, não baseado no trabalho operacional, facilmente substituível por máquinas, mas, sim, no capital intelectual que identifica e supre lacunas no mercado, aproveita oportunidades e agrega valor àquilo que entrega.

Hélice Tríplice

A expressão “Hélice Tríplice”, criada por Henry Etzkowitz, é utilizada para explicar o modelo de inovação onde há estreito relacionamento entre governo-universidade-empresa. Foi a partir da observação da atuação do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e da sua relação com o polo de indústrias de alta tecnologia que residia em seu entorno que se percebeu a existência deste relacionamento. A partir disto, a inovação aparece como resultado de um processo complexo e contínuo de experiências nas relações, ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento nas universidades, empresas e governo. Com a difusão de experiências em várias partes do mundo, a Hélice Tríplice deixou de ser apenas uma teoria e consiste, atualmente, num modelo de inovação (ETZKOWITZ, 2010).

Mediante um bom relacionamento entre os agentes da Hélice Tríplice, pode ser criado um ambiente propício para a inovação, com geração e difusão do conhecimento necessário para o desenvolvimento da sociedade. O modelo Hélice Tríplice pode comportar desequilíbrios entre as dimensões institucionais (governo-universidade-empresa) nos arranjos produtivos, em que cada experiência, nesse sentido, torna-se única na forma de combinar tais fatores. Cada hélice apresenta sua contribuição, podendo ser complementada pela ação das demais. A

empresa pode desenvolver pesquisas enquanto a universidade pode empreender, por exemplo, uma vez que a separação dos papéis não é absoluta. Nesse sentido, os atritos entre as expectativas e interesses institucionais e entre os três domínios da hélice (política, ciência e economia) fornecem uma riqueza de oportunidades para enfrentar o desafio que é fomentar a inovação (LEYDESDORFF, 2012).

A interação entre universidade e empresas, além do relacionamento em si, viabiliza processos de transferência de conhecimentos e transformação de produtos e serviços que objetivam o crescimento dos conhecimentos de ambos os participantes (SEGATTO; SBRAGIA, 2002). Grynszpan (1999) defende que, ao interagirem, a comunidade universitária e as empresas, desenvolvem mais do que uma atividade de extensão, promovem a criação de valor. Segue afirmando que há, hoje, uma atitude positiva dos dirigentes universitários na cooperação com o meio empresarial.

Para Audy et al. (2009), a Universidade Empreendedora é um conceito indissociável do trinômio Ciência-Tecnologia-Inovação. Os autores sugerem que, ao incorporar o termo “inovação” nas práticas cotidianas, obtêm-se resultados positivos, relacionados à interação com a sociedade, uma vez que são identificadas demandas e criadas soluções; e o governo entra como facilitador do processo. Assim, a inovação vem a ser um sinônimo de transferência de tecnologia.

Na perspectiva do modelo Hélice Tríplice, Audy et al. (2009) defendem que a universidade passa de uma instituição essencialmente de cunho educativo, para uma instituição que potencializa seus recursos na área de pesquisa, com uma nova missão, voltada ao desenvolvimento econômico e social da sociedade onde atua, estimulando o surgimento de ambientes de inovação e disseminando uma cultura empreendedora.

A universidade é ambiente profícuo para a inovação, pois dispõem de capital humano, que são inventores em potencial. Pode ser vista também como uma incubadora natural, provida de suporte estrutural para docentes e discentes na caminhada intelectual e comercial, bem como unindo as duas caminhadas numa só (ETZKOWITZ, 2013).

Com base no que os autores acima afirmam e ao observar polos de inovação pelo mundo, percebe-se que uma interação fluida entre os agentes da Hélice Tríplice é um fator essencial para a criação de um ecossistema de inovação. Ressalta-se, ainda, o protagonismo que as IES possuem nesse processo de formação da Hélice Tríplice, pois são o canal por meio do qual a informação, tão necessária para o processo de inovação, é gerada e difundida. Enfatiza-se, assim, a importância da postura dos programas de Pós-Graduação no fomento dessa perspectiva da Hélice Tríplice, o que pode influenciar decisivamente no processo de desenvolvimento dos países e regiões. Para tanto, é essencial que as atividades de pesquisa sejam desenvolvidas em sintonia com as necessidades dos demais atores envolvidos no processo de inovação, superando a tendência de um certo isolamento das universidades em relação à sociedade, presente em muitas experiências históricas, inclusive no Brasil.

Metodologia

Esta pesquisa consiste de um estudo do tipo descritivo, pois visa analisar de que forma as IES compreendem e promovem o desenvolvimento da inovação, por meio dos seus Programas de Pós-Graduação, nas áreas de Administração e Ciências Contábeis, com abordagem qualitativa dos dados. O estudo qualitativo básico, como o que aqui se apresenta, tem como objetivo “[...] descobrir e compreender um fenômeno, um processo, ou as perspectivas e visão de mundo das pessoas nele envolvidas” (MERRIAM, 2002, p. 6).

A população do estudo é composta por sete instituições. O critério de escolha das instituições de ensino foi a oferta de curso de Pós-Graduação em Administração e Ciências Contábeis no estado de Santa Catarina. As instituições que ofertam Pós-Graduação apenas em Ciências Contábeis foram excluídas da análise: apenas os cursos que contêm a área da Administração foram considerados, inclusive, aqueles que possuem os dois cursos (Administração e Ciência Contábeis) no mesmo programa de Pós-Graduação. Todas as instituições estudadas dispõem de setores específicos que tratam da inovação no âmbito acadêmico e estas divulgam suas políticas e práticas nos sites, embora algumas de forma bem sucinta.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas estruturadas com professores coordenadores dos programas de Pós-Graduação em Administração e Ciências Contábeis, no período compreendido entre agosto e setembro de 2018, por telefone e/ou pessoalmente. Das sete instituições que fazem parte da população do estudo, apenas cinco gestores de concordaram em conceder entrevista. O ambiente de estudo envolveu, portanto, cinco universidades do estado de Santa Catarina, das quais três são públicas e duas são comunitárias.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, seguindo recomendação de Bardin (2011). O roteiro de entrevista estruturada contém duas partes, a citar: Bloco A – Pós-Graduação e Inovação; e Bloco B – Relacionamento da Hélice Tríplice.

No caso da Universidade “A” houve coleta com um ex-coordenador do programa, para aprofundamento em alguns tópicos, uma vez que o coordenador que estava no exercício efetivo no momento da coleta de dados havia assumido o cargo recentemente.

A instituição com programa de Pós-Graduação mais antigo tem cerca de quarenta anos de atuação, enquanto o programa mais recente possui apenas três anos. As instituições que compõem a amostra são caracterizadas no Quadro 1. O anonimato dos respondentes será mantido, conforme explicitado no termo de consentimento livre e esclarecido, apresentado a esses antes das entrevistas.

Quadro 1. Características da amostra – Cursos de Pós-Graduação em Administração e Ciências Contábeis em Santa Catarina.

Instituição	Localização	Status jurídico	Nível de PPG	Data de Criação
(A)	Grande Florianópolis	Pública Federal	Mestrado/doutorado	1978
			Mestrado profissional	2010
(B)	Oeste	Comunitária	Mestrado profissional	2013
(C)	Vale do Itajaí	Pública Municipal	Mestrado acadêmico	1997
(D)	Grande Florianópolis	Pública estadual	Mestrado/doutorado	2011
			Mestrado profissional	2004
(E)	Oeste	Comunitária	Mestrado acadêmico	2015

Fonte: Adaptado pelos autores (2019) de BRASIL (2017).

O tratamento dos dados foi realizado mediante de análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Para fins de análise, os dados coletados foram assim categorizadas: a) Situação dos programas em estudo, frente à avaliação quadrienal da CAPES; e b) Pós-graduação, pesquisa e inovação: relacionamento da Hélice Tríplice, onde serão abordados: b1) Os desafios da inovação na Pós-Graduação em Administração e Ciências Contábeis em Santa Catarina; e b2) Pesquisa, conhecimento e inovação: a Hélice Tríplice no contexto dos PPGs de Ciências Contábeis e Administração em Santa Catarina.

Os dados obtidos na Plataforma Sucupira da CAPES, relativos à produção intelectual, foram cotejados a partir das entrevistas, visando analisar se os resultados superiores nas avaliações são percebidos nas instituições mais propensas à inovação e em que os gestores demonstram mais familiaridade com o assunto.

Resultados

Nesta seção serão explorados os elementos mais relevantes das entrevistas, por meio da análise e discussão acerca desses. Os resultados estão dispostos mediante categorias anteriormente delimitadas.

Situação dos programas em estudo, frente à Avaliação Quadrienal da CAPES

A identificação das diferentes instituições, nesta seção, tomará por base a descrição preliminar das instituições incluída nos procedimentos metodológicos, a qual contém informações relativas à localização, status jurídico, nível do PPG e data da criação do programa em estudo.

Foram analisados os resultados da avaliação da CAPES para o ano de 2016. Esta avaliação possibilita identificar “[...] ações que possam levar os programas a atingirem padrões internacionais de qualidade e fornece informações para subsidiar decisões relativas a autorizações, credenciamentos e distribuição dos recursos (fomento à pesquisa), de forma que estes possam atingir os resultados desejados” (ANDRADE et al., 2018, p. 101).

Observa-se, na amostra estudada, conforme Quadro 2, que a maior parte dos programas apresenta notas insatisfatórias em face ao seu tempo de existência, sendo que nenhum deles obteve nível de excelência nacional e quatro programas (Instituição (A) – Mestrado Profissional; Instituição (B) – Mestrado Profissional; Instituição (D) – Mestrado/Doutorado e Instituição (E) – Mestrado) apresentaram nota mínima “3”. Essa informação já parece ser, de algum modo, reveladora de um nível relativamente baixo de desenvolvimento da pesquisa e da inovação nos referidos programas, bem como de sua pouca efetividade na percepção e processamento das demandas sociais de produção de conhecimentos necessários ao desenvolvimento de inovações. Vale lembrar que, segundo o Plano Nacional de Pós-Graduação 2010-2010, o núcleo da pós-graduação é a pesquisa e, como foi visto acima, a avaliação dos programas incorpora parâmetros que incentivam a formação de parcerias com o setor produtivo, visando à geração de tecnologia e à formação de profissionais em sintonia com as demandas do setor produtivo. Uma exceção pode ser feita em relação ao PPG da Instituição (E), cujo programa foi implantado apenas em 2015. Sua implantação recente pode justificar a nota 3.

Referente à publicação de artigos em periódicos diversos, para a avaliação 2016, a Instituição (A) desponta com número superior às demais (116 artigos) e destaque também para a Instituição (B) que, embora tenha apenas cinco anos de trajetória, teve desempenho superior às outras instituições. Já com relação às publicações em periódicos de alto impacto (Qualis A1+A2+B1), a Instituição (A), dentre seu programa de mestrado e doutorado, registrou 32 inserções, enquanto a Instituição (C) registrou 18 inserções.

Outro indicador de inovação para as instituições de Ensino Superior é a geração de patentes, pois revela a produção científica e tecnológica de grande impacto. No Brasil, no entanto, o registro completo de patentes leva de oito a dez anos para ser concluído, o que dificulta a própria interpretação do indicador (GOUVEIA, 2007). Na amostra estudada, apenas a Instituição (D) demonstrou geração de patentes, no ano de 2015. Ressalta-se, neste ponto, que foram analisados os relatórios de 2013 a 2016, para obtenção de outras informações relativas a patentes, no entanto, apenas a instituição anteriormente citada obteve resultado neste parâmetro, conforme Quadro 2.

Quadro 2. Avaliação CAPES e produção científica.

Instituição/ Respondente	Nível do PPG estudado (Administração e Ciências Contábeis)	Conceito CAPES	Artigos completos publicados em periódicos técnico-científicos	A1+A2+B1	Patentes Geradas (*)
(A)	Mestrado/ doutorado	4	90	30	0
	Mestrado profissional	3	26	2	0
(B)	Mestrado profissional	3	63	7	0
(C)	Mestrado	4	53	18	0

(D)	Mestrado/doutorado	3	45	10	0
	Mestrado profissional	4	35	10	5 (2015)
(E)	Mestrado	3	29	6	0

(*) Para extração de dados relativos às patentes geradas, o relatório foi emitido para os anos de 2013 a 2016.

Fonte: Adaptado pelos autores (2019) de CAPES, ano base 2016 (BRASIL, 2017).

Os programas que apresentaram melhor desempenho na nota (conceito 4) da avaliação quadrienal da CAPES (BRASIL, 2017) são aqueles com maior tempo de existência. Este resultado vem de encontro ao postulado de DiMaggio e Powell (1983), que afirmam que, a partir do momento que se consolidam, as organizações tendem a se tornar cada vez mais homogêneas e tendem a ser mais bem avaliadas que aquelas em fase inicial.

Pós-graduação, pesquisa e inovação: relacionamento da Hélice Tríplice

Nesta seção são apresentados e discutidos os dados relativos à efetividade da inovação no horizonte e na prática dos PPGs em estudo, bem como a sua interação com as demandas e necessidades do setor produtivo.

A concepção da inovação

Quando questionados sobre seu entendimento pessoal acerca de inovação, os entrevistados demonstraram ter conhecimento sintonizado com a literatura. Esse fato já era esperado, dado o cargo que ocupam e as funções que desempenham. O entrevistado da Instituição (B), por exemplo, apresentou a seguinte definição: “desenvolvimento de novidades, seja em termos de produtos, processos, mercados ou gestão”. O entrevistado da Instituição (E) afirmou compactuar com o conceito de Peter Drucker quando afirma que “inovação é o ato de atribuir novas capacidades aos recursos (pessoas e processos) existentes na empresa/ou fora dela para gerar riqueza. A inovação é um conceito econômico que depende da implementação no mercado e, diferente do que muitos pensam, não depende diretamente da tecnologia”. As demais respostas giraram em torno de afirmações como “fazer algo de forma diferente” ou “algo que não existia antes”. Um dos entrevistados, da Instituição (D) trouxe um ponto interessante na sua resposta, afirmando que “quando pensamos em Pós-Graduação o termo inovação é intrínseco. É um dos nossos grandes objetivos”. Nesse caso, demonstra o comprometimento daquele PPG com a inovação, o que se confirma em outros momentos da entrevista.

Observa-se, assim, que todos os entrevistados demonstram ter uma visão clara e fundamentada do conceito de inovação e dos aspectos que ela envolve. Resta observar se esse conceito está integrado, de forma apropriada, às práticas dos PPGs dos quais entrevistados fazem parte, uma vez que a área de gestão é fundamental ao desenvolvimento das organizações inovadoras. Ou seja, esses PPGs podem ter contribuições importantes no contexto onde atuam, inclusive, no que se refere ao estímulo e à gestão da inovação. Esse aspecto será analisado com mais detalhes em seção subsequente.

Contudo, embora docentes e programas demonstrem ter compreensão clara do conceito de inovação, percebe-se que as Instituições nem sempre demonstram alinhamento neste assunto. Observou-se, pelos depoimentos, a possibilidade de que instituições anunciem, formalmente, um enfoque na inovação. Porém, na prática, a busca pela inovação ainda precisa romper significativas barreiras dentro das instituições. O depoimento do entrevistado da Instituição (B) também é ilustrativo nesse sentido ao afirmar que: “A IES tem vocalizado, explicitamente, que a inovação está na essência da sua atividade. Na prática, vemos que não é tão fácil manter uma IES com este foco, visto que as pressões isomórficas institucionais agem no sentido de manutenção do status quo”.

Os dados indicam ainda que, nos PPGs das instituições (A), (B) e (C), não há ações que reflitam a existência de um comprometimento com o processo de inovação. A prática de pesquisas aplicadas ocorre de modo limitado, como se os PPGs de Administração não tivessem o mesmo potencial inovador que os PPGs das engenharias, por exemplo. O relato do entrevistado da Instituição (A) ilustra essa percepção, ao afirmar que a universidade da qual faz parte “é considerada uma instituição que possui foco na inovação”, sendo reconhecida, nacionalmente como uma instituição promotora da inovação. Porém, o PPG da área da Administração não está inserido neste ambiente de inovação e pouco contribui com o esforço institucional para promover a inovação. Na mesma perspectiva, o entrevistado da Instituição (C) corrobora quando afirma que: “Quanto aos mecanismos para acolher as demandas do processo produtivo: existe, mas mais na área das engenharias, na parte tecnológica. Na área das Ciências Sociais Aplicadas é praticamente nula”. Ou seja, mesmo que a instituição, em si, assuma uma postura de apoio à inovação, o PPG da área de gestão não participa desse processo. Tais fatos indicam que as relações da Hélice Tríplice não estão claramente estabelecidas nesses três PPGs do campo da administração e parece haver pressões internas, de diversos entes, para que não haja mudanças.

Os relatos colhidos indicam que essa realidade se revela de modo diferenciado nas instituições (D) e (E). O entrevistado da Instituição (D) relata que existe uma secretaria específica para tratar de assuntos referentes à inovação, a qual está diretamente ligada ao gabinete do Reitor, possibilitando a coordenação das “[...] atividades inerentes às parcerias com instituições públicas e privadas, inovação, transferência de tecnologia e de propriedade intelectual na instituição e prospectar parcerias nos diversos segmentos no intuito de viabilizar projetos institucionais”. Nessa Instituição (D), existem parcerias com parques tecnológicos e incubadoras. “Possui também uma Resolução específica que trata da política da inovação. O Programa Institucional de Inovação estabelece a política de estímulo às interações no âmbito da universidade com os diversos segmentos produtivos, em consonância à Lei de Inovação e da Propriedade Intelectual”.

O PPG da Instituição (E), por sua vez, demonstrou ser um dos mais próximos do conceito de universidade empreendedora, pois menciona que, desde 2012, a instituição vem trabalhando em uma estrutura de apoio chamada Rede de Inovação, a qual é coordenada por um professor do PPG em Ciências Contábeis e Administração. Essa rede de inovação busca: “[...] fomentar a articulação entre os agentes do setor produtivo entre si e com as capacidades instaladas de pesquisa, extensão e ensino na universidade; apoiar e fomentar a captação de recursos públicos e privados necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e ao desenvolvimento de novos produtos e processos produtivos; gerir todas as questões relativas à propriedade intelectual desenvolvida no âmbito do parque [...]”.

Observa-se, portanto, que a Instituição (E) criou mecanismos concretos voltados ao desenvolvimento da inovação, em interação estreita com a sociedade (setor produtivo) e com o estado, tornando concreto o conceito de Hélice Tríplice. Mesmo assim, talvez pelo fato dessa estratégia ainda ser de implantação recente, as ações em desenvolvimento, ainda se encontram em processo de maturação.

Dessa forma, observa-se que a realidade das instituições pesquisadas é bastante distinta no que se refere ao seu comprometimento com o processo de inovação, na perspectiva apontada por Etzkowitz (2013), de que as universidades precisam dar o suporte tecnológico e conceitual para o desenvolvimento regional, sendo a chave para sociedades baseadas em conhecimento. Os entrevistados das instituições (B) e (C) reconhecem que seus respectivos PPGs ainda permanecem conservadores quando se trata de inovação. As IES (D) e (E), por sua vez, destacam-se das demais por colocarem em prática ações orientadas à inovação em seus PPGs, aproximando suas pesquisas do setor produtivo e, portanto, do ideal de universidade proposto no contexto do conceito de Hélice Tríplice e de universidade empreendedora.

Pesquisa, conhecimento e inovação: a Hélice Tríplice no contexto dos PPG de ciências contábeis e administração

A pesquisa nos PPGs estudados ocorre de diversas formas, considerando objetivos propostos para cada programa: há tanto pesquisas aplicadas quanto pesquisas básicas, bem como, em algumas instituições, percebe-se uma opção pela aproximação com o setor produtivo, na perspectiva da Hélice Tríplice, enquanto em outras predomina, ainda, um certo distanciamento do PPG em relação às demandas e necessidade das organizações produtivas.

Num dos programas, na Instituição (A), o gestor demonstrou que a finalidade principal é a pesquisa científica, mencionando que não percebe necessidade de estimular e fomentar as pesquisas aplicadas, pois considera suficiente o número de estudos realizados. Não se percebe, no posicionamento deste PPG, um interesse efetivo pela aproximação com o setor produtivo e pela interação da pesquisa com as demandas e interesses das organizações produtivas, na perspectiva da Hélice Tríplice. Conforme se posiciona o gestor entrevistado, “se algum aluno se interessar por estudar algum caso do setor produtivo ou alguma cadeia, a pesquisa acontece. Porém, não se tem um relacionamento com esse setor para saber quais são suas demandas de pesquisa” (Entrevistado Instituição A). Ou seja, pela afirmação, parece não haver sintonia ou mesmo preocupação com as necessidades do setor produtivo. Esse posicionamento também aparece, de modo bem explícito, na resposta do representante da Instituição (C), que afirma que as pesquisas em determinadas empresas, ou cadeias produtivas, acontecem de acordo com o interesse dos acadêmicos, pois, conforme afirma o entrevistado dessa instituição:

Não. Há muito pouca interação e indução externa no sentido de direcionar os problemas de pesquisa. As pesquisas são elaboradas de dentro pra fora e não de fora pra dentro. Ou seja, mais as pessoas que acham que é importante pesquisar, pesquisam e pesquisam o que gostam de pesquisar. E menos o setor externo, buscando a universidade e sugerindo problemas a serem pesquisados (Entrevistado Instituição C).

Percebe-se que, também nesse caso, o PPG demonstra não ter como prioridade o relacionamento com o setor produtivo, o que indica que não se pauta pela necessidade ou pela importância da aproximação com o setor produtivo, na perspectiva do paradigma da Hélice Tríplice.

O relato do entrevistado da Instituição (B) é interessante porque afirma que o programa atua em duas frentes de trabalho: “uma voltada para inovações nas práticas de gestão das organizações, com um cunho profissional e outra que procura desenvolver conhecimentos na fronteira do estado da arte”. Esse posicionamento denota que esta IES atua de forma mais abrangente em relação ao desenvolvimento de pesquisas, estando mais próxima do conceito postulado por Humboldt, em que a universidade se envolve tanto em questões puramente científicas quanto com os impasses do setor produtivo. Carece, contudo, de uma sistemática mais efetiva de comunicação com o setor produtivo, conforme resta demonstrado na entrevista, acima destacada, onde o entrevistado afirma que mesmo afirmando explicitamente a opção pela inovação, na prática, essa não tem conseguido manter este foco. Em outro momento, o mesmo entrevistado complementa afirmando: “[...] vejo dois grandes problemas: a dificuldade de financiamento para a inovação, e o distanciamento entre Universidade e Empresas” (Entrevistado Instituição B).

De modo mais efetivo, apenas as instituições (D) e (E) conduzem pesquisas em sintonia com o conceito de Hélice Tríplice. Mesmo que isto ainda ocorra de forma um tanto elementar, demonstram ter um viés de pesquisa mais próximo da sociedade, mesmo que ainda seja tênue a influência efetiva do setor produtivo na condução dos rumos dos processos de investigação. O Entrevistado (D) salienta que o Mestrado Acadêmico onde atua “[...] busca o desenvolvimento de pesquisas científicas, a partir de perspectivas teóricas inovadoras, com repercussões em termos de desenvolvimento econômico, político e social, no âmbito regional, nacional e internacional”. O entrevistado afirma que a pesquisa, no âmbito do PPG, “[...] busca melhorar a gestão dos setores sociais do governo e, por que não, de ONGs e de outras organizações de

espírito público, ainda que não estatais. Entende-se, assim, que se acrescenta qualidade, seja à produção de bens e serviços, seja ao esforço de nossa sociedade para reduzir a injustiça social e acabar com a miséria". (Entrevistado Instituição D).

Uma evidência de entendimento alinhado com o conceito da Hélice Tríplice vem com o relato do gestor do PPG da Instituição (E). Segundo ele: "A pesquisa está na base dos programas de Pós-Graduação stricto sensu, porque é através dela que se pode construir, de modo sistemático e contínuo, respostas para questões importantes para a vida humana". Neste PPG, segundo as informações coletadas, há uma intencionalidade explícita de aproximação com as demandas do setor produtivo, com foco na inovação. O PPG de Ciências Contábeis e Administração está alinhado ao esforço institucional para o desenvolvimento de um ecossistema de inovação regional, o que inclui a criação de diversos mecanismos indutores, como programas de fomento à aproximação entre universidade-empresa, escritórios especializados na absorção e encaminhamento das demandas advindas do setor produtivo e mesmo a criação de um parque científico e tecnológico.

Segundo o entrevistado, além de uma rede de inovação, também foi criado um programa de cooperação, que se constitui num catalisador formal do relacionamento entre a universidade e o setor produtivo. O referido programa tem como objetivo estimular as atividades de inovação na universidade, fortalecendo os arranjos produtivos locais (APLs), por meio de cooperação em projetos científicos e tecnológicos, articulando as ações dos agentes do setor produtivo e entidades parceiras, com as capacidades da universidade em termos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, buscando suprir necessidades da comunidade e oportunizando novos modelos de sustentabilidade institucional. Por fim, o entrevistado destaca a criação de um parque científico e tecnológico, como uma das principais iniciativas para o fomento da inovação e do desenvolvimento:

[...] idealizado em parceria entre a Universidade e o poder público, o Parque Científico e Tecnológico [...] nasce com a missão de potencializar o crescimento econômico, produzir e disseminar conhecimento, agregar valor à produção local e qualificar as pessoas. Atua diretamente nas demandas da comunidade e objetiva transformar o cenário econômico e científico regional (Entrevistado Instituição E).

A situação exposta vem de encontro ao postulado por Doloreux e Parto (2004) de que as instituições de ensino constituem uma variável chave para os sistemas de inovação regional, uma vez que influenciam nas esferas da vida socioeconômica, tendo o importante papel de encurtar e facilitar as mudanças.

Como se pode observar, na maioria dos PPGs pesquisados, ainda não existe comunicação efetiva entre o setor produtivo e a instituição, no sentido da geração de inovação. Por mais que as empresas sejam, por vezes, objetos de estudo, ainda não há uma ligação estreita entre o que está sendo pesquisado e a prática presente nas organizações produtivas. Existem linhas de pesquisa direcionadoras, mas o fator determinante para o que será abordado é o interesse do pesquisador, sem que os interesses e necessidades do setor produtivo sejam tomados como foco. Se, por um lado, do ponto de vista da democracia e da responsabilidade social da universidade, a manutenção dessa autonomia relativa das instituições na definição de seus objetos de estudo pode ser considerada salutar (SANTOS, 2005; BERNHEIM; CHAUI, 2008), do ponto de vista do desenvolvimento econômico, esse distanciamento pode significar a inviabilização econômica de empresas e setores e mesmo de países e regiões.

A relação entre universidade e empresa é indispensável para que os PPGs gerem inovação por meio de suas pesquisas. Contudo, como já alertam Segatto e Sbragia (2002), existem diversos fatores limitantes neste relacionamento, como o fato de muitas universidades focarem-se na busca apenas pelo conhecimento fundamental e não focando na promoção do desenvolvimento ou na comercialização; a carência de comunicação entre as partes, o excesso de burocracia nas universidades, dentre outros. Esse, aliás, parece ser o caso de pelo menos

três das universidades em estudo, nas quais, pelas entrevistas coletadas, pode-se observar a falta de um foco nos interesses e necessidades das empresas como motivação para a pesquisa e a ausência de uma comunicação efetiva entre as universidades e as organizações do setor produtivo.

Em suma, ainda são minoria dentre as universidades em estudo, que, de fato, no campo da administração, realizam pesquisas que resultem em inovação. O que se observa é que três das cinco instituições pesquisadas parecem não estar sintonizadas com o paradigma da Hélice Tríplice e, talvez em razão disso, não demonstram ter entre suas prioridades a aproximação efetiva com o setor produtivo. Nas demais percebe-se uma intencionalidade nessa direção. Contudo, mesmo aquelas que demonstram ter a convicção de que essa aproximação é importante, suas iniciativas se encontram num estágio ainda inicial, carecendo de consolidação em sua atuação nessa perspectiva, seja por razões de tempo (experiência recente), seja por outros fatores. Sendo assim, as universidades demonstram ter potencial e, principalmente, pessoas qualificadas para promover a inovação. Porém, de forma nítida, ainda é limitado o engajamento das universidades estudadas com essa questão. Nesse sentido, para que essa aproximação avance, Marcovitch (1999) aponta dois mitos que precisam ser destruídos: de que o pesquisador acadêmico é um ser etéreo, desligado da realidade e de que os empresários desprezam a ciência.

Como bem observa Audy et al. (2009), há que se reconhecer que, embora seja possível pontuar alguns avanços, ainda não dispomos de um

[...] modelo de universidade em que predomine a produção de conhecimento e inovação, ao invés de sua mera transmissão. Nestes processos de transmissão, deveríamos ser capazes de implementar uma vontade clara de socialização do conhecimento, de modo a não nos limitarmos a ser meras instituições acadêmicas, mas líderes de mudança social e de inovação (AUDY *et al.*, 2009, p. 52).

Assim, observa-se que estes achados exemplificam a realidade de que, no Brasil, não é comum que as universidades tenham relacionamento com o setor produtivo, visando a transferência dos resultados das pesquisas para o setor privado, para assim, contribuir para a produção de inovações, conforme já observado por Stal e Fujino (2016).

Os desafios da inovação na Pós-Graduação em Administração e Ciências Contábeis em Santa Catarina

Mediante análise de estudos correlatos e dados divulgados pela CAPES, é nítida a condição desafiadora, enfrentada pelos PPGs em estudo. Quando questionados sobre os principais problemas/desafios enfrentados na geração de inovação, as respostas giraram, principalmente, em torno da questão da disponibilidade de recursos financeiros, do distanciamento predominante entre universidade e empresas, além do conservadorismo ou da ausência de uma cultura de inovação entre os docentes. A perspectiva inerente à avaliação da pós-graduação promovida pela CAPES também foi mencionada como um fator que não favorece o envolvimento da pós-graduação com a inovação. Os depoimentos citados a seguir ilustram esse posicionamento:

Vejo dois grandes problemas: a dificuldade de financiamento para a inovação, e o distanciamento entre Universidade e Empresas. [...] a indústria tende a ser imediatista, querendo resultados rápidos, enquanto o governo quer resultados a cada ciclo eleitoral e a Universidade, muitas vezes, não tem compromissos com prazos (Instituição B).

Penso como entraves o conservadorismo de seus integrantes (docentes), e o conservadorismo dos critérios de avaliação da

CAPES (Instituição C).

A lei da inovação, que foi atualizada, continua estimulando a pesquisa em relação à quantidade e não à qualidade. Na instituição, os docentes que mais produzem também têm destaque, no entanto, suas pesquisas nem sempre são as mais inovadoras. Isto talvez seja um problema para nós. (Instituição D).

Essas percepções alinham-se às conclusões do estudo realizado por Segatto e Sbragia (2002), o qual também indicou que alguns dos limitadores da geração de inovação seriam a filosofia da instituição e a visão de que o Estado deve ser o único financiador de pesquisas acadêmicas, para garantir que os pesquisadores tenham plena autonomia para publicação e para evitar propostas de pesquisas que possam entrar em atrito com os objetivos maiores da universidade.

Os entrevistados também foram questionados a respeito da existência de políticas formais de relacionamento entre a IES (e/ou PPG), a Indústria e o Governo. Grande parte dos entrevistados entende que as políticas formais de relacionamento entre indústria, governo e academia ocorre através de convênios, mas admitem que o mecanismo ainda é subutilizado. Observa-se, pelos dados até aqui apresentados, que ainda predomina o distanciamento entre os entes que integram a Hélice Tríplice, nos PPGs em estudo. Buscando aprofundar a compreensão dessa realidade, os entrevistados foram questionados sobre os entraves para esse relacionamento.

O Entrevistado (A) menciona que o alto custo de uma pesquisa limita o acesso da indústria a esse tipo de conhecimento, afirmando, também, que há divergência de interesses e, até mesmo, certa desconfiança entre as partes, sendo esta também a percepção dos entrevistados (B) e (C). O gestor da Instituição (C) complementa que “não existe procura efetiva por parte do setor produtivo” e que os mecanismos para acolher as demandas do processo produtivo se concentram mais na área das engenharias, sendo praticamente nulos na área de ciências sociais aplicadas, conforme já visto acima. A Instituição (D), por se tratar de uma instituição pública, demonstra dificuldades na comercialização de projetos e obtenção de receitas, conforme relatado pelo seu gestor. Para o Entrevistado (E), não obstante as políticas e iniciativas institucionais, claramente voltadas à aproximação com o setor produtivo e o estado, ainda há distâncias entre as partes a serem superadas: “muitas vezes a indústria não sabe da existência de laboratórios nas universidades” e lamenta, pois estes “poderiam contribuir para o desenvolvimento de suas pesquisas”. Para ele, a solução seria a quebra de barreiras entre estes dois mundos. A velocidade de resposta da Universidade para o setor produtivo também aparece como um entrave: “[...] embora o Brasil possua um conjunto expressivo de cientistas de bom nível e injete recursos relativamente vultosos no financiamento à pesquisa, a ciência e a mentalidade científica ainda não estão incorporadas de modo pleno na sociedade”.

Pode-se, assim, inferir que, na realidade catarinense, no contexto dos PPGs ligados às áreas de Administração e Ciências Contábeis, predomina, ainda, uma realidade caracterizada por um enrijecimento por parte da academia, no que se refere ao relacionamento com os demais entes da Hélice Tríplice.

Quanto às fontes de fomento para pesquisa, o entrevistado (A) respondeu que os recursos (governamentais) estão cada vez mais escassos e o custo de uma pesquisa é considerado alto demais para o financiamento pela indústria. O entrevistado da Instituição (B) afirmou que “[...] especialmente no Brasil, temos carência de fontes privadas de fomento. Não podemos achar que as fontes públicas serão suficientes para o desenvolvimento tecnológico do país. Mas, para isto acontecer, as instituições de pesquisa precisam estar mais próximas do mercado”. O entrevistado da Instituição (C) alega que “[...] está faltando dinheiro [...], a forma de editais é a mais adequada, porém centram-se nas áreas de tecnologia, tendo pouca ênfase nas áreas sociais”. Neste caso é importante considerar que, talvez, a estratégia utilizada para captação de recursos não seja a mais adequada, pois, ao contrário de países desenvolvidos economicamente, o governo brasileiro enxuga o orçamento para educação em épocas de crise.

Ademais, ainda falta, no País, uma cultura que favoreça os investimentos privados no financiamento de atividades de pesquisa. O entrevistado da Instituição (D) reconhece que, “[...] no atual cenário, estamos com a provável possibilidade de cortes dos investimentos da CAPES, o que para mim é inadmissível, pois o governo não quer mais reconhecer e tampouco investir na educação, pois não apoia a pesquisa, fazendo com que, cada vez mais, o Brasil não seja reconhecido por fazer ciência”. O entrevistado da Instituição (E) também aponta a falta de recursos governamentais, sendo “necessário buscar outras formas de financiamento, envolvendo a iniciativa privada”.

Estes relatos corroboram a observação feita por Stal e Fujino (2016), os quais demonstram que, diferentemente do cenário político cultural norte-americano, no Brasil, predomina, ainda, uma cultura de distanciamento da academia com o setor produtivo, sendo que poucas universidades tomam iniciativas no sentido de transferir os resultados das pesquisas para o setor privado e, dessa forma, conseguir proventos para financiar mais pesquisas. Na prática, existem alguns programas governamentais que incentivam a inovação por meio da cooperação entre empresas e universidades, para o desenvolvimento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Inclusive, a Lei da Inovação coloca algumas medidas com vistas a estimular a construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação, propondo um marco regulatório que visa estimular a produção de patentes e a transferência de tecnologia das universidades para as empresas. Além de beneficiar as empresas, essa Lei oferece vantagens também às universidades, facilitando a contratação de grupos de pesquisa pelas empresas e estimulando os pesquisadores a empreenderem com base nos resultados de suas pesquisas acadêmicas (STAL; FUJINO, 2016). O que se observa, contudo, pelo menos na realidade estudada na presente pesquisa, é que os caminhos e mecanismos propostos pela Lei da Inovação ainda não se popularizaram, sendo ainda subutilizados.

Considerações Finais

Este estudo buscou avaliar de que forma os Programas de Pós-Graduação em Administração e Ciências Contábeis do estado de Santa Catarina compreendem e promovem o desenvolvimento da inovação no âmbito de seus Programas. Para subsidiar o alcance do objetivo geral do estudo, buscou-se compreender de que forma cada IES interage no ecossistema de inovação, sob a ótica da Hélice Tríplice.

Pautado nas informações fornecidas pelos coordenadores dos PPGs das IES estudadas, percebe-se que, em duas delas, há um movimento rumo à busca de uma melhor relação com o setor produtivo e o governo. A engrenagem da Hélice Tríplice, porém, ainda não funciona plenamente, pois se encontra em estágio inicial de maturidade. Mesmo que os PPGs estudados se encontrem em estágios diferentes entre si, de um modo geral, observa-se que a comunicação entre os entes é ainda precária em pelo menos 3 dos 5 PPGs estudados, tornando o relacionamento, no ambiente inovativo, mais difícil. Pode-se afirmar também que pelo menos dois dos entrevistados percebem que a pressão exercida pela avaliação da CAPES para os PPGs visa mais a quantidade do que o impacto prático e inovador das publicações. De certa forma, esta percepção demonstra enrijecimento docente com relação a avaliação, uma vez que esta foi recentemente revista e melhorada.

Quanto à inovação, todos os respondentes demonstraram ter conhecimento a respeito do conceito e de sua importância na atualidade. Porém, a percepção predominante é de que a busca pela inovação, por meio de pesquisas acadêmicas, é mais condizente e concretiza-se mais efetivamente nos Programas da área das Engenharias, computação e áreas afins e em menor medida nos PPGs da área de Ciências Sociais Aplicadas. O caso da IES (A), parece emblemático nesse sentido, uma vez que a instituição é destaque nacional no fomento à inovação e apresenta inúmeras iniciativas nessa direção, mantendo uma interação ativa e dinâmica com os entes da Hélice Tríplice, enquanto o seu PPG em Administração apresenta participação tímida neste movimento.

O quadro que se percebe é, portanto, de que as universidades, ou pelo menos os PPGs da área de Administração e Ciências Contábeis, ainda não incorporaram, em suas práticas, a importância do potencial humano e de conhecimento que possuem para tornar suas pesquisas

comercializáveis, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional. Na verdade, teoricamente, parece que essa percepção sobre esse potencial já tenha ocorrido, sem, no entanto, ter ocorrido quebra simultânea de alguns paradigmas entre os gestores. Reside, aí, um dos grandes desafios da pós-graduação brasileira. Vislumbra-se a necessidade de superar a ideia de que a realização estudos orientados para inovação são dificultados pela CAPES, uma vez que essa estimula o volume de publicações, e busca estabelecer laços, por meio da aproximação entre os pesquisadores das IES e os profissionais que atuam no setor produtivo.

Para a superação destes desafios, é essencial que os coordenadores dos programas de pós-graduação compreendam que todos os agentes que interagem em prol da inovação obtêm algum ganho no processo, seja pecuniário (para financiar ainda mais pesquisas), seja intangível (conhecimento/*know-how*), por meio do estabelecimento de elos e de parcerias.

Sobre estes desafios, o Plano Nacional de Pós-Graduação recomenda maior articulação entre a academia e o mundo empresarial, por meio da elaboração de estratégias para melhorar a qualidade do ensino; criação de novas formas de inserção no mercado de trabalho; estímulo e promoção da absorção de mestres e doutores por empresas; ampliação da pós-graduação brasileira com ênfase nas áreas tecnológicas e engenharias, as quais podem contribuir de maneira estratégica para o desenvolvimento de setores vitais (BRASIL, 2010).

Outro aspecto fortemente estimulado é a ampliação da integração entre universidades, governo e empresas, por meio da construção de redes de produção de conhecimento, baseadas na interdisciplinaridade, na aplicabilidade e na responsabilidade social do conhecimento, com políticas indutoras para a pesquisa em tecnologias sociais e vinculadas à preocupação com a sustentabilidade (BRASIL, 2010). Face essas definições, pode-se concluir que, em nível de País e, especialmente, da pós-graduação brasileira, existem iniciativas voltadas a estimular esse relacionamento entre a academia e o setor produtivo. Contudo, o que se observa, também, é que os avanços, no conjunto do sistema, ainda são pontuais, concentrando-se em apenas algumas áreas.

Nesse sentido, considerando que o presente estudo se concentrou na área de Ciências Sociais Aplicadas (Administração e Ciências Contábeis), confirma-se a tendência anteriormente exposta, visto ser uma área onde a inovação tem sido mais lenta. Dado, porém, que o foco dessa área se concentra na formação gerencial, dimensão estratégica para o sucesso das organizações, inclusive, no que diz respeito à inovação, compreende-se que a quebra de paradigmas para a inovação nos PPGs deverá, aos poucos, concretizar-se.

Para estudos futuros, sugere-se a extrapolação da amostra para outros estados e regiões e uma análise apurada nas linhas de pesquisa de cada PPG para identificar se há relação entre aqueles que prescrevem a inovação em seus projetos e aqueles que têm enfoques prioritariamente teóricos, com a percepção dos gestores e os produtos oriundos de suas pesquisas.

Referências

ANDRADE, E. F. S. et al. Inovação em um Contexto Isomórfico nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 18, n. 2, 100-127, 2018.

AUDY, J. L. N. et al. **Inovação, universidade e relação com a sociedade**. Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. **Inovação e empreendedorismo na Universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BERNHEIM, C. T.; CHAUI, M. S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**. Brasília: UNESCO, 2008.

BRASIL. CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Avaliação Quadrienal 2017**. Brasília: CAPES, 2017.

_____. **História e Missão**. Brasília: CAPES, 2018. Disponível em: <https://capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em: 24 abr. 2019.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010.

_____. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Produtivismo incluído: empreendedorismo vanguardista**. Brasília: SAE/PR, 2015.

CHEN, Y. T.; DULTRA-DE-LIMA, R. G.; MARTINS, V. F. Processo de inovação: análise sob a ótica dos elementos organizacionais – revisão literária estruturada e implicações para pesquisas futuras. **Revista Organizações em Contexto**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 91-129, 2012.

CRUZ, F. G. et al. Tríplice Hélice na região da campanha: um ensaio teórico como fator estratégico de inovação e desenvolvimento. **Revista FACEF: Desenvolvimento e Gestão**, Franca, v. 16, n. 3, p. 281-300, 2013.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2095101>. Acesso em: 24 abr. 2019.

DOLOREUX, D.; PARTO, S. **Regional innovation systems: a critical synthesis**. Maastricht: Institute for New Technologies; United Nations University, 2004.

DRUCKER, P. **Inovação e espírito empreendedor**. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 2010.

ETZKOWITZ, H. Hélice Tríplice: metáfora dos anos 90 descreve bem o mais sustentável modelo de sistema de inovação. Entrevista concedida a Luciano Valente. **Revista Conhecimento e Inovação**, Campinas, v. 6, n. 1, 2010.

_____. **Hélice Tríplice: Universidade-Indústria-Governo – inovação em movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

_____; ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 23-48, 2017.

FREEMAN, C. **A economia da inovação industrial**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

GOUVEIA, F. Inovação e patentes: o tempo de maturação no Brasil. **Inovação Uniemp**, Campinas, v. 3, n. 3, p. 24-25, 2007.

GRYNSZPAN, F. A visão empresarial da cooperação com a universidade. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 23-31, out./dez. 1999.

LEYDESDORFF, L. **The Triple Helix of University-Industry-Government relations**. Amsterdam: Amsterdam School of Communication Research; University of Amsterdam, Feb. 2012.

MACHADO, D. D. P. N. Organizações inovadoras: estudo dos fatores que formam um ambiente inovador. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 5-28, 2007.

MARCOVITCH, J. A cooperação da universidade moderna com o setor empresarial. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 13-17, 1999.

MERRIAM, S. B. **Qualitative Research in Practice**: Examples for Discussion and Analysis. San Francisco: Jossey-Bass, 2002.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Manual de Oslo**. Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. Oslo: OCDE, 2005.

PEREIRA, C. S. T.; VIEIRA, A. M.; DAMIÃO, W. S. Dimensões da Inovação na Pós-Graduação: papéis e significados. **Revista Organizações em Contexto**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 211-234, 2018.

RAUEN, C. V. O novo marco legal da inovação no Brasil: o que muda na relação ICT-Empresa? **Radar**, Brasília, n. 43, fev. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/radar/temas/regulacao/439-radar-n-43-o-novo-marco-legal-da-inovacao-no-brasil-o-que-muda-na-relacao-ict-empresa>. Acesso em: 26 abr. 2019.

RIZZI, A. In: ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. **Universidade e desenvolvimento regional: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional**. Juruá Editora, 2009.

ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. New York: Free, 1995.

ROSSATO, R. **Universidade**: nove séculos de História. Passo Fundo: UPF, 2005.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

SEGATTO, A. P. M.; SBRAGIA, R. O processo de cooperação universidade-empresa em universidades brasileiras. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 58-71, 2002.

SILVEIRA, Z. S.; BIANCHETTI, L. Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 79-99, mar. 2016.

STAL, E.; FUJINO, A. The evolution of universities' relations with the business sector in Brazil: What national publications between 1980 and 2012 reveal. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 72-86, mar. 2016.

TIDD, J.; BESSANT, J. **Gestão da Inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Recebido em 08 de agosto de 2019.

Aceito em 22 de junho de 2021.